ANO 8.º — Sexta-feira, 5 de Março de 1915 — NUMERO 360

O DEMOCRATA

(AVENÇA)

SEMANARIO REPUBLICANO RADICAL D'AVEIRO

ASSINATURAS (pagamento adiantado)

Ano (Portugal e colónias) . . . . 1$20
Semestre $60
Brasil e estranjeiro (ano) moeda forte . 2$50
Avulso $02

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO, R. Direita, n.º 54

DIRECTOR E EDITOR — ARNALDO RIBEIRO

—(*)—

Propriedade da Emprêsa do DEMOCRATA

Oficina de composição, Rua Direita—Impresso na tipografia de José da Silva, Praça Luís de Camões

ANÚNCIOS

Por linha . . . . 4 centavos
Comunicados . . . . 2 centavos
Anúncios permanentes, contracto especial.
Toda a correspondência relativa ao jornal, deve ser dirigida ao director.

UM CRIME E UMA VERGONHA

Que mais resta?

As dissidencias entre os chefes politicos, por nós combatidas como um perigo, um sintôma de gràves consequencias, levaram-nos a esta coisa degradante e impropria duma republica democratica—levaram-nos á ditadura, acto inconstitucional que está alarmando profundamente o país e logo em seguida aos lamentaveis acontecimentos de Lisboa, onde a cada passo a vida do cidadão corre risco, não obstante a declaração do sr. general Pimenta de Castro de que está no govêrno especialmente para estabelecer a paz e a concordia em toda a familia portuguêsa.

Sr. general: se com efeito éssas foram as ideias de V. Ex.ª ao acudir ao chamamento do venerando chefe do Estado, é triste dize-lo, mas os factos demonstram inteiramente o contrario.

O país agita-se. E dum extremo ao outro da nação paira o quer que seja indicativo de grandes perturbações que V. Ex.ª decerto já não póde evitar porque tambem se colocou fóra da lei, naufragando no meio deste tumultuar de paixões que teem sido um verdadeiro desastre para a Republica, uma vergonha, e, peor do que isso, um crime de lesa-patria.

Mas estaremos, porventura, assistindo á agonia do regimen?

Não o sopomos. Em Portugal ainda ha patriotas e esses está naturalmente indicado que venham antepôr-se na sua qualidade de republicanos, aos desmandos duma politica sectaria que tem de acabar já, para honra de todos, para honra da Republica, para honra da Revolução.

Assim o desejam, dum extremo ao outro do país, os que sincéramente amam o torrão sagrado da Patria.

E

Viva a Republica!

Considerações

—=(*)=—

Quando o atual presidente do govêrno assumiu o poder e interpelado por alguem sobre a futura orientação do gabinete respondeu que tudo se resumiria em *pegar na lei e andar para deante*, os bons patriotas, que acima de todos e de tudo colocam o bem estar da Nação, sentiram a inefavel consolação que naturalmente brota da realisação duma esperança e da satisfação duma imperiosa necessidade.

Indubitavelmente o país não devia nem podia continuar, com o gràve e criminoso abandono dos seus mais altos interesses economicos e administrativos, a ser o joguete inconsciente ou o espectador indiferente de todo esse desenrolar da mais réles politiquice de ignobil regedoria em que se empenhavam ha tanto os partidos que, em tão triste e infelissicima hora, para aí se constituiram.

O conhecimento da necessidade imperiosa que logicamente se impunha á consciencia nacional, de que era em absoluto indispensavel acabar com tal estado de cousas, sentiu um grande e confortavel alivio quando ouviu da bôca do chefe do govêrno uma frase que implicava a sintese de toda a aspiração e sentimento publico. E mais nada. O que sentia a nação inteira sentia o seu mais alto representante, que, por sua vez, ao chamar o general Castro a formar gabinete depositou nele a esperança que todos nós, da mesma fórma, inquestionavelmente nutriamos.

Foi, porém, mais uma cruel decepção, mais uma ilusão tão brévemente desfeita, mais uma esperança tão prontamente perdida.

O homem que nos veiu dizer que *pegaria na lei e andaria para á frente*, não a consultou sequer, no que nos poderia talvez iludir, mas, desmascarando-se sem rebuço, denunciou-se sem escrupulos, porque andou para traz e o país logo deu pelo recuo.

O homem que ao dirigir-se para a cadeira presidencial bradou que pegava na lei e governaria, mal chegou a sentar-se, logo lançou mão da violencia, da ditadura desnecessaria e vergonhosa, da mais acintosa e clara perseguição a um determinado partido, consentindo e autorisando actos que tivéram apenas o previlegio de estabelecer mais profundas e irritantes dissenções que infelizmente já existiam a dentro da classe militar.

Não foi para esta nova e condenavel fáse politica, decérto, que o atual ministerio se constituiu.

De loucuras, de vilanias, de desorientação, estamos todos fartos e naturalmente cançados.

Compreenderiamos uma ditadura que a crúa realidade da situação impozésse. Registam-nas a historia de diferentes países—e no nosso algumas houve—de salutar e benéfico resultado.

Mas uma ditadura que nada, absolutamente nada a justifica; uma ditadura que se foi buscar apenas numa infeliz demonstração de força duma classe que deveria existir complétamente afastada de este genero de manifestações; uma ditadura que, abandonando por absoluto as mais simples questões nacionaes, só se empenha em perseguir determinadas individualidades dum determinado partido; uma ditadura que pela sucessão constante das suas medidas implicitamente anima e aponta aos adversarios dos seus perseguidos, que os persigam tambem; uma ditadura que provoca assassinios barbaros em plena rua da capital, a dois passos do govêrno civil, que não teve um policia para vigiar o local onde uma anunciada reunião chamaria a esse ponto dezenas de homens, entre eles um contra a vida do qual ha tanto miseravel e infamemente se vem atentando; uma ditadura que mente ao país imputando a responsabilidade aos outros de gràves culpas que não existem; essa ditadura póde descer mais, se é possivel, no cometimento de nova e variada ordem de todas as prepotencias e de todos os crimes, mas tem o fatal destino a que não póde fugir: caírá anatematisada até pelos seus mais acerrimos defensores de momento.

Mas se de toda esta dura lição alguma cousa ha a aproveitar, vá intacto o seu ensinamento a tantos quantos dela tem a exclusiva responsabilidade e são os unicos culpados.

Sem outra aspiração mais do que a dignificação do regimen e o bem estar do país, e como sincéros e verdadeiros interpretes da consciencia republicana, aqui, nestas modestas colunas, dezenas de vezes bradámos que quanto se praticava no campo politico, numa persistencia aterradoura, era um verdadeiro e autentico crime. Infelizmente não nos enganámos.

Desses crimes proveiu a situação que neste momento se principia de encharcar em sangue!

E quanto será preciso para que ela se asfixie?

Com muito ou com pouco ela hade acabar. Mas escusado teria sido que se inaugurasse, para poupar a Republica a mais esta prova que um mau exemplo sempre representa.

Um compromisso

O sr. Antonio José de Almeida, descreteando sobre os ultimos acontecimentos de que resultou a morte do infortunado republicano, Henrique Cardoso, publica no orgão do seu partido um artigo intitulado — *Mudêmos de rumo* - que termina assim:

. . . .

Não peçam ao goveruador civil que venha de chapéu alto rondar pelas ruas, nem aos policias que venham de chanfalho fiscalizar as viélas, nem á guarda republicana que venha afugentar os grupos dos largos e das praças. Reclamem mas é dos jornalistas que façam uma propaganda alevantada de ideias, sem ofensa dos direitos de cada qual, dos oradores que incendeiem a alma das multidões com principios de puro respeito pela vida dos outros, dos homens de acção que não arrisquem um gesto que não possa conter-se nos limites da dignidade de nós todos. Não. Os govêrnos em matéria désta ordem são pouco, são quasi nada. Quem nêste particular regula as sociedades são os jornais, os parlamentos, as associações, os clubs.

Principiemos hoje éssa vida nova, já que não a iniciámos ainda. Préguemos a paz, o mutuo respeito, a solidariedade, e a fraternidade, e faremos,— ainda é tempo! — désta terra desgraçada uma patria digna dêsse nome. Que ao menos o sangue do velho e dedicado republicano, que aí caíu varado pelas balas, contristando-nos, a todos, não seja improdutivo. E êle não o será se, enquanto está quente, todos nós reflectirmos que devemos entrar numa vida nova com o fim de dar a esta terra a paz de que éla tanto carece.

Aplaudimos, sem reservas, inteiramente, estas nobres palavras do chefe evolucionista, que valem um compromisso, só esperando que élas sejam escutadas por todos neste momento agitado da vida portuguêsa e jámais esquecidas, como convém, para que duma vez se entre na normalidade e o país possa trabalhar sem preocupações nem abalos semelhantes aos que tanto o teem prejudicado politica, moral e economicamente.

Contra a ditadura

—=(*)=—

O gesto de dois autenticos republicanos: Pedro Boto Machado e João Chagas

O tenente de infanteria e governador da provincia de S. Tomé e Principe enviou no dia 1 aos srs. ministro da guerra e das colonias, o seguinte oficio:

Ex.mos srs. ministros da guerra e das colonias.

Pedro Amaral Boto Machado, tenente de infanteria reintegrado no exercito por ter tomado parte na revolta de 31 de janeiro de 1891, ex-senador, actualmente governador da provincia de S. Tomé e Principe, não concordando com a atitude de alguns dos oficiaes do exercito português na actual conjectura politica, e, não desejando cooperar na administração publica emquanto subsistir um governo ditatorial que pelas suas palavras e atitudes, em vez de pacificar os portuguezes, desencadeia novas paixões entre eles e deixa sem defêsa cidadãos pacificos, que são cobardemente assassinados a tiro, como aconteceu ontem ao seu excolega da Assembleia Nacional Constituinte, sr. Henrique Cardoso, vem pedir a v. ex.as a demissão de todos os seus cargos.

Lisboa, 1 de março de 1915.

(a) **Pedro Boto Machado**

Tenente de infanteria e governador da provincia de S. Tomé e Principe.

Por sua vez, João Chagas, o antigo revolucionario e presidente da primeiro ministerio constitucional da Republica, mandou tambem de Paris, onde estava exercendo as funções de ministro de Portugal, este despacho telegrafico ao govêrno:

Ministerio dos estrangeiros

Lisboa

Por este telegrama tenho a honra de enviar a v. ex.ª a minha demissão de ministro de Portugal junto do governo e nesta data entrego os negocios da legação ao sr. Justino Montalvão, 1.º secretario.

Representante de um regimen de Liberdade, não sirvo ditaduras nem ditadores.

João Chagas.

E é ainda presidente do ministerio o sr. Pimenta de Castro, que tem o arrojo de declarar que está no governo especialmente *para estabelecer a paz e a concordia em toda a familia portuguêsa!*

Henrique Cardoso

E' assassinado traiçoeiramente, em Lisboa, este deputado quando se dirigia para uma reunião partidária na séde do Directorio do Partido Republicano Português

Um atentado revoltante foi aquele que no domingo uma horda de sicarios cometeu num dos pontos mais centraes de Lisboa e que arrastou nas suas malhas conspiratorias um velho e dedicado republicano, que só tinha o defeito de não pertencer ao numero dos que, pela desordem, se pertendem impôr, lançando mão de toda a casta de baixêsas com que supõem guindar-se ás alturas neste desgraçado país de aventureiros, tão digno de melhor sorte, mas infelicitado por aqueles a quem assistia a obrigação de serem mais patriotas, mais respeitadores da sua independencia do que aquilo que mostram ser.

Henrique Cardoso, a esta hora cadaver, mercê das suas ideias, assassinado de emboscada, á traição, nunca havia desmentido a tão sua ardente fé republicana nem pouco era tido como menos valoroso dentre aqueles que á Republica mais serviços teem prestado. Por isso o mataram. Por isso arrancaram á democracia essa vida preciosa, servindo-se os malandros assalariados dos mais indignos procéssos para a execução dos seus crimes.

Infamia das infamias!

O que se passou na noite de domingo é perfeitamente canibalesco e não honra nada a capital dum país civilisado.

Do que se tratava? Duma reunião politica em que os deputados e senadores do partido democratico haviam de trocar impressões sobre a situação, na séde do Directorio, e para a qual iam convergindo sem que da sua parte se notasse a mais leve provocação.

Outro tanto não aconteceu a um grupo que, postado na rua Paiva de Andrade, que vai dar ao Largo do Directorio, se entretinha a dirigir chufos e insultos aos individuos reconhecidos como democraticos, redobrando essas manifestações de odio ao aproximarem-se os dr. Alexandre Braga, Artur Costa e Henrique Cardoso, que haviam saído, juntos, da *Brazileira*.

Foi nessa ocasião que, de envolto com tôrpes grosserias, um tiro se ouviu, outros se lhe seguiram até que, atingido mortalmente, cáe redondo, no chão, Henrique Cardoso, estabelecendo-se a confusão, o terror, proveniente daquela caça feroz dos bandidos, a quem a autoridade deixou á vontade para levarem a efeito a explosão dos seus rancores contra o Partido Republicano Português!

Infamia das infamias!—repetimos.

A memoria de Henrique Cardoso hade ser sempre lembrada porque jámais um crime desta naturêsa poderá esquece-lo os amigos do malogrado cidadão em quem a Republica possuia um dos seus melhores defensores e intemeratos paladinos.

Já se suicidou, dizem os jornaes, um dos assassinos que tomaram parte na montaria. Outros, que se presume estarem implicados no nefando atentado, acham-se presos. Pois é necessario que se apurem todas as responsabilidades, inclusivamente aquelas que cabem aos mandantes dessa obra nefanda que tão mal nos colocou perante a civilisação da Europa.

E não é dificil, talvez. O ponto é que haja quem esteja disposto a procurar o fio da trama de agora, indo depois até aos logares onde se ocultam os juizes que

armam os braços dos executores das suas sentenças...

Portugal precisa regenerar-se, mas quanto antes. Não se nobilita nem póde nunca marcar um logar honroso no concerto das outras nações se porventura persistir no caminho que leva, o peor de todos, como exuberantemente demonstram os acontecimentos.

Vá! Que o sangue derramado por Henrique Cardoso, sangue de um martir, sangue dum justo, sirva ao menos de incentivo para que de vez se entre numa era de paz, de respeito, de sinceridade e de amor.

E' tempo.

E' mais que tempo.

* * *

Em conformidade com os desejos dos republicanos do Porto, o cadaver de Henrique Cardoso seguiu ontem para aquela cidade no comboio correio da manhã afim de hoje ali ter logar o funeral a que irão assistir, além do sr. dr. Afonso Costa, muitos dos colegas e correligionarios do infeliz assassinado, vitima da intolerancia e da malvadez dos inimigos do partido democratico.

Para acompanhar o feretro até á estação central do Rócio, formou-se, em Lisboa, um cortejo de mais de 30:000 pessoas, que atravessou as ruas do trajecto sem que se produzisse qualquer incidente. Junto ao *fourgon* discursaram os srs. drs. Afonso Costa e Alexandre Braga, que tivéram para Henrique Cardoso palavras de infinda saudade, dizendo o primeiro que não era aquele o momento de se dizer adeus ao morto.

Todos os seus colegas, cumprido que fosse o dever de defender a Constituição e a lei, iriam ao Porto prestar-lhe essa homenagem e então falaria em nome do Directorio, dizendo o que é necessario fazer para salvar a Constituição, a lei e a Republica.

O sr. dr. Alexandre Braga, afirmando que este sangue foi o primeiro vertido pela purêsa da Constituição e da lei, diz que frutificará e num repto de grande eloquencia, como é proprio do seu elevadissimo talento, conclue com estas significativas palavras: jurâmos, aqui, perante o cadaver de Henrique Cardoso, defender a sua obra, a Constituição, a lei e a Republica.

Na impossibilidade de tomarmos parte, pessoalmente, nas homenagens que a capital do norte hoje presta ao seu digno representante no parlamento, encarregámos o nosso amigo e colaborador, Humberto Beça, dessa missão em nome do *Democrata* assim como de apresentar á familia enlutada a expressão das nossas mais sentidas condolencias.

"O POVO"

Este nosso presado colêga da Lisboa, de que é director o sr. Ricardo Covões, reaparece, á noite, na proxima segunda-feira, com importantissimos melhoramentos.

O Povo, que tratará desenvolvidamente e em secções especiaes, a cargo de individuos de acentuado relevo no nosso meio jornalistico, de politica, literatura, teatros, *sport*, modas, etc., com a feição de um jornal moderno, continuará a publicação, em folhetins, da *Historia do Partido Republicano Português*, do eminente escritor Agostinho Fortes.

Os escritorios do *Povo* estão instalados na R. Luz Soriano, 48.

Club dos Galitos

Pela direcção deste patriotico club ao qual a cidade já tanto deve, acaba de nos ser entregue para distribuirmos por 51 pobres da freguezia da Gloria, a quantia de 5$10, o que vamos fazer sem perda de tempo, acedendo assim aos desejos daqueles que para esse fim nos procuraram.

A importancia é metade do produto das sessões cinematograficas ultimamente realisadas no teatro para um cortejo carnavalesco que não se poude levar a efeito por circunstancias várias, sendo a outra parte destinada aos pobres da freguezia da Vera-Cruz.

Em nome dos que vão ser contemplados, desde já aqui expressâmos o mais profundo reconhecimento ao *Club dos Galitos* em geral e em especial á sua direcção.

O DEMOCRATA
Vende-se em Aveiro no kiosque de *Valeriano*, Praça Luís Cipriano.

NO BRAZIL

A acção dos jesuitas para restaurar a monarquia

Um eloquente manifesto

Recebemos do Rio de Janeiro o seguinte manifesto para o qual chamâmos a atenção do povo português, mórmente daqueles que não querem uma republica clerical por contraria ao progresso da nação, á liberdade e expressão de pensamento. Leiam-no que é eloquentissimo não precisando até dos nossos comentarios:

Cidadãos!

Os jesuitas tentam a restauração no Brazil. Evitemol-a.

A revolução de 1889 nos garantiu algumas conquistas liberaes, entre élas a liberdade religiosa, com a separação da Igreja do Estado. Os jesuitas e as congregações religiosas, emissarios de Roma, tentam fundar no Brazil um vasto *imperio* catolico. São os mesmos monstros que espantaram e horrorizaram o mundo, sob o pretexto de expurgar a heresia; que torturaram e perseguiram os homens de idéas novas, os scientistas sinceros, um Galileu, um Giordano Bruno, um Vanini, um Campanella, um Colombo; que queimaram vivos os judeus, porque estes continuavam a guardar a lei de Moysés em nome do deus dos proprios judeus.

Não podereis ficar indiferente ao que se passa no Brazil.

Tudo o que a imprensa ingleza disse, antes da guerra, está-se realisando ponto por ponto.

Roma, quer dominar, de novo o mundo. Diz-se a representante de Deus na Terra e por isso a Terra é déla.

O seu trabalho de açambarcamento dos govêrnos está-se operando tenazmente, em toda a parte, pelo suborno, pela propaganda, por todos os meios licitos e ilicitos. Ainda ha pouco tempo o cardeal Arco Verde por um simples decreto seu encorporou ao patrimonio eclesiastico os bens das irmandades que, segundo a nossa lei, são bens civis, pertencentes, por extincção das irmandades, ao Estado. O grito de álerta nos foi dado, o ano passado, pelo **Lancashire Daily Post** onde se lê: *A Santa Sé tem enviado vários emissarios secretos ao Brazil, á Argentina e aos outros paises sul-americanos, afim de estudar cuidadosamente as condições politicas e vêr quaes são as probabilidades de uma forte reacção clerical.*

No Brazil especialmente este movimento está sendo iniciado é, graças ás manobras dos jesuitas, o principe D. Luiz de Bragança, que é conhecido pelo seu extremo fanatismo catolico, prontificou-se a colocar-se á frente de uma campanha monarquista com o intuito de restabelecer no Brazil um imperio clerical.

Ora, mezes depois, um jornal do Rio, *A Rua*, publicava na sua edição de 6 de Agosto a reprodução fotografica de uma medalha de aluminio encontrada entre os jagunços do padre Cicero, com a efigie do principe de um lado, e do outro as armas imperiaes, provas, diz o jornal, de que nos Estados do Norte tem havido, pelos sertões, uma campanha de intuitos restauradores.

Esta campanha faz-se agora, abertamente, aqui, na capital. O partido catolico pleiteia eleições, organiza comicios e assinala no seu programa, os principios clericaes repudiados pela Republica.

Em plena praça publica, ha dias, o candidato catolico **declarou que toda a imprensa do Rio estava a seu lado**, com excepção do diario *A Rua*. Isso nós o confirmamos, pois com dificuldade obtemos qualquer publicação anti-religiosa. Roma avassala o Brazil. A sua audacia chega a tal ponto que empreendeu nos Estados-Unidos, como o denunciou um padre romano, Jeremiah Crowley, de Chicago, no seu livro *The paroquial School*, com o sub-titulo: *a curse tothe church, a menace to the nation, a dominação* das escolas primarias leigas pelas escolas paroquiaes, isto é, a destruição da mais segura garantia liberal daquéla nação: *seu ensino primario*.

E' tempo de reagirmos!

Deus para essa gente é apenas a arma do terror e do suborno.

Com êle dominam as consciencias, servilizam as vontades, acumulam riquezas. E' incalculavel a quantia fabulosa que anualmente se remete para Roma.

E' dinheiro nosso; vae manter as côrtes eclesiasticas ou serve, aqui mesmo, para edificar palacios, como o do largo da Gloria, em que mora o **servo de Jesus Cristo**, do Jesus nascido, segundo a lenda, numa estrebaria.

Victor Hugo disse: *Em cada aldeia de França ha, actualmente, uma luz—o mestre escola—e uma boca que sopra—o padre!*

Cidadãos: recusae os votos aos candidatos catolicos. Eles são Roma, isto é, a ignorancia, o fanatismo, o despotismo, a Inquisição. Lembrae-vos dos vossos filhos. Sois responsaveis pela escravisação dêles.

A Igreja é o inimigo de todos nós.

Rio, 17 de Janeiro de 1915.

A Liga Anti-clerical

GOVERNADOR CIVIL

Chegou ontem no *rapido* da tarde, vindo da capital, o sr. Nobre da Veiga, governador civil do distrito.

Na estação do caminho de ferro era sua ex.ª aguardado por uma banda de musica, que executou o hino nacional á chegada do comboio, recebendo as saudações da classe piscatoria e de alguns membros do partido evolucionista que ali o foram aguardar para lhe agradecerem o deferimento ás pretenções dos primeiros, que, em telegrama espalhado num suplemento ao *Progresso*, o sr. Nobre da Veiga diz terem sido atendidas.

Da sacada do edificio do governo civil agradeceu o homenageado a manifestação de que o povo o havia feito alvo, proferindo textualmente estas palavras:

Num brado unisono, aquele que se deve fazer valer neste momento, é este que eu expresso em nome do govêrno que aqui represento—Viva a Republica!

A seguir o sr. dr. André Reis elogia o governador, congratulando-se com o bom resultado das *démarches* realisadas para acudir á miseria dos pescadores. Diz que após a proclamação do novo regimen a manifestação mais imponente que se tem feito nésta cidade á Republica era aquéla, o que devéras o alegrava porque hoje só póde ser português, só póde ser profundamente patriota o verdadeiro republicano.

Termina por lêr dois telegramas de reconhecimento aos srs. ministros do Interior e da Marinha, que a classe piscatoria aprova, findando assim a manifestação.

Ora até aqui está tudo muito bem, mesmo porque nós jámais deixamos de estar ao lado dos que precisam, auxiliando-os nos seus momentos criticos, como ainda na semana passada sucedeu erguendo um brado a favor da mesma classe que hoje se nos apresenta satisfeita por lhe terem dito que foi imediatamente atendida nas suas reclamações. Mas uma coisa nos sugére perguntar: será isso verdade? Não terá, porventura, havido precipitação em espalhar uma noticia que realmente não exprima bem os desejos dos que pedem um beneficio que depende mais ou menos da aplicação de regulamentos em vigor?

E' o que estamos para vêr. Tanto mais que nos consta estar ainda dependente de ordens superiores a autorisação da Capitania do porto para o exercicio livre da pesca e da apanha do moliço nos concelhos abrangidos pela ria de Aveiro.

E dizemos assim, com esta franquêsa toda, porque as especulações politicas foram em todos os tempos para nós inadmissiveis quando se trate da necessidade de quem quer que seja que implora pão, justiça e trabalho onde honradamente possa ganhar o que precisa.

Mas o evolucionismo não vê por este prisma... Quer seguir as pisadas dos monarquicos com a *apanha livre* e outras ridiculas demonstrações de força, e que lhe havemos nós de fazer?...

Mi-carême

O *Club dos Galitos*, que ainda no domingo abriu as suas salas para a realisação duma brilhante *soirée* dançante em que tomou parte um seléto grupo das nossas mais gentis tricaninhas, prepara, segundo informes que nos chegam, um hilariante espectaculo para o proximo dia 10, com os melhores elementos que possue, e ao qual se seguirá um baile, tudo destinado á comemoração da *Mi-carême*, que a rapaziada não quer deixar passar despercebida.

Se esta vida são dois dias...

Para os feridos da guerra

Promovido pela nossa academia, percorreu ontem de tarde as ruas da cidade, acompanhado pela filarmonica *José Estevam*, um bando precatorio ao qual déram o concurso tambem da sua presença as alunas do liceu, academicamente vestidas.

Foi uma iniciativa patriotica que ninguem, por cérto, deixou de louvar atento o fim que teve em vista—minorar a sorte dos que lutam pela Liberdade, arremessando-se contra a tirania e a opressão das hostes teutonicas nos campos da batalha.

No tribunal

O paroco de Esgueira presta contas á justiça, sendo absolvido

Na sexta-feira foi chamado a contas perante o tribunal da comarca, o reverendo José Rodrigues Gil que era acusado de não ter respondido a um oficio do pseudo juiz da irmandade do Santissimo, atual vice-presidente do Senado Municipal por obra e graça do nosso amigo Elisio Feio e aspirante cronico a condutor das Obras Publicas, Mariano Ludgero Maria da Silva, em que este lhe pedia umas certidões para fins de beneficencia, que, por sua vez, o padre Gil não passou.

Depuzéram cinco testemunhas, tres de acusação e duas de defêsa, sendo no fim concedida a palavra ao advogado do réu, sr. dr. Cherubim do Vale Guimarães a quem não foi dificil demonstrar a inanidade do processo assim como o acinte que o determinou, não deixando em bons lençóes o tal vice-presidente do Senado e pseudo juiz do Santissimo. Este, diz o sr. dr. Cherubim, monopolisou não só os poderes do Estado, mas tambem os poderes da Egreja, podendo-se-lhe abertamente chamar o pontifice da região, taes coisas tem feito em Esgueira na sua qualidade de republicano e livre pensador... depois do 5 de Outubro. E' um simbolo da freguezia, exclama, um simbolo até até do concelho de Aveiro! Um simbolo, um triste simbolo que não ha possibilidade de o comparar porque ninguem o excede em audacia sobre tudo quando lhe dá para não reconhecer as autoridades nem as leis do país. E a proposito cita, para exemplo, os vários subterfugios de que se serve para escapar á responsabilidade dos seus actos, sendo o ultimo a artimanha de que lançou mão ha bem pouco tempo com o intuito de não prestar contas a uma comissão que pelo govêrno civil foi nomeado com o fim de o obrigar a depôr a vara de juiz do Santissimo, que não quer largar nem á mão de Deus Padre apesar de numa sindicancia se terem apurado as coisas mais extraordinarias, consoante a certidão que tem presente e passa a lêr.

Pois se ele é o Pontifice de Esgueira!...

O sr. dr. Cherubim Guimarães espraia-se ainda em considerações várias ácêrca do republicanismo do sr. Mariano Ludgero, provocando, por vezes, o riso no auditorio, que pena foi ser tão reduzido, pedindo por fim a absolvição do seu constituinte como um acto de justiça atendendo ás circunstancias em que ali se encontrava.

Cêrca das 16 horas e meia o sr. dr. Gama Regalão lavra, com efeito, a sentença absolutoria do réu, saindo o sr. padre Gil do tribunal com uma bela disposição de espirito depois da autopsia que viu fazer ás convicções politicas do juiz-procurador do Santissimo e pretenso dono de Esgueira, que, como se vê, não levou a melhor na partida.

A figura de cértos *adesivos!...*

* * *

Iniciou-se na quarta-feira o julgamento de Manuel dos Santos Coutinho e filho, da Povoa do Valado, acusados de terem desrespeitado a autoridade e cometido outras tropelias, mas apenas uma testemunha depoz ficando marcado o seguimento da audiencia para o dia 7 de abril.

MANIFESTAÇÕES MILITARES

Cêrca de 700 oficiaes da guarnição de Lisboa e alguns pertencentes aos corpos das provincias, foram no sabado ultimo recebidos pelo presidente do ministério e ministro da guerra, a quem o sr. general Correia Garção cumprimentou, como oficial mais antigo, em nome dos seus camaradas de mar e terra de Portugal, apresentando ao govêrno as suas sinceras saudações.

Desde que se encontra constituido o actual ministério, acrescentou, os oficiaes de terra e mar tem tido o desejo de apresentar ao sr. Pimenta de Castro os seus respeitos. Decerto os afazeres de sua ex.ª não lhe permitiram marcar ha mais tempo o dia para a recepção, deferindo porém, agora, gentilmente, o seu pedido. Os oficiaes de terra e mar congratulam-se egualmente porque á frente do ministério está um dos seus decanos e expressam-lhe a sua adesão e o seu decidido apoio nesta hora critica que todo o mundo atravessa, como manifestação da sua confiança em que o govêrno saberá defender a independencia e a integridade da Patria.

O general Castro, terminada, que foi, a bréve alocução proferida em nome da oficialidade presente, dirige-se-lhe nos seguintes termos:

Meus senhores

E' indiscritivel a nossa satisfação por vermos aqui reunidos os oficiaes da armada e do exercito. O govêrno da minha presidencia subiu ao poder em condições verdadeiramente extraordinarias. Não é govêrno partidario. Tratando de administrar o país com zelo, com honestidade e com justiça, tem a cumprir uma missão especial, que outros não realisaram: pacificar, estabelecer a paz e a concordia em toda a familia portuguêsa, e dirigir liberrimamente o acto eleitoral. Conscios disso, inteiramente alheios á politica, comparecendo aqui expontaneamente, mostram (o que para nós nunca foi duvidoso) que a armada e o exercito continuam como sempre dispostos a defender o bem, a honra e a dignidade da Patria e da Republica. Sem motivo plausivel não se fizéram as eleições em devido tempo. E, com esse pretexto, o Congresso entendeu dever prolongar-se com poderes que já não tinha e marcando as eleições para 7 de março, resolveu reunir-se em 4, tres dias antes. Era uma dissimulada imposição á vontade popular. Desejava o govêrno fazer eleições por uma lei propria de um povo livre, propria de uma Republica que se preze, e não por essa lei tão restritiva em que até são privados de votar os chefes de familia e os contribuintes. Creio que não ha em nação alguma lei semelhante, lei tão reaccionaria e abusiva. Mas o govêrno não quer saír dos termos da Constituição, e esse alargamento do sufragio reclama prazos, que não permitiriam reunir as câmaras a tempo de votarem o orçamento e de elegerem o chefe do Estado na época estabelecida. Alargou-o, porém, aos militares sobre quem não póde restar duvida que sabem lêr e escrever, e para cuja inscrição no recenseamento basta uma relação feita pelos respectivos chefes. E pela adopção dessa medida acusam-nos de ditadores, os mesmos que no poder não fizéram senão abusar dele. Os proprios que no poder fôram uns permanentes ditadores, não para promulgar medidas que beneficiassem o povo, mas sim para o vexar e oprimir. Trataram os cidadãos como se fossem uns servos da glebe. Desgovernaram a nação, como se fôra um país de cafres.

O sr. ministro da justiça, na visita que fez ás prisões em Lisboa e Porto, verificou que se encontram individuos presos ha mezes sem culpa formada; outros com mais de um ano de prisão á espera de julgamento; e com cêrca de quatro anos de prisão alguns que fôram entregues ao govêrno depois de cumprirem as penas correccionaes de dias ou poucos mezes. Simplesmente horroroso! Converteram as prisões e as casas de correcção em inquisitoriais masmorras da Republica. E junto com a completa desorganisação dos serviços publicos, legaram-nos vários embaraços internacionaes e a resolução de problemas importantes que o govêrno não descurará. E queriam continuar com os seus desmandos, e com as suas iniquidades. E, não podendo, buscam manter o desassocêgo publico. Tirar o voto aos militares, que satisfazem ás condições do eleitorado, só por esses militares estarem no serviço efectivo, isto é, por estarem a servir dedicadamente o seu país, é uma irrisão, e não menos o é serem elegiveis e não serem eleitores. Enganam-se os que supõem que a armada e o exercito são corporações de retrogrados, incompativeis com a civilisação. Bem ao revés disso, são instituições educativas, indispensaveis aos povos cultos. Não ha liberdade sem disciplina social; e é sobretudo na armada e no exercito que se aprende a aliar a disciplina com a equidade, com a justiça, com os mais levantados principios liberaes, com os principios da humanidade. Agradecemos os cumprimentos que se dignam apresentar-nos, mórmente pela sua alta significação neste transe dificil que atravessamos. Dão ao país a certeza de que estamos unidos e empenhados em levantar o prestigio e a consideração do nosso amado e querido Portugal. E agradecemos não só aos que estão presentes, mas a todos os militares, presentes e ausentes, porque temos a certeza de que, se lhes fosse possivel, todos agora aqui estariam, animados do mesmo sublime ideal.

Esta manifestação, que se deu por finda apenas acabaram os dois discursos, não passou sem que na rua se chocassem vários elementos de partidos contrarios, havendo reboliço, troca de bengaladas e correrias a que poz côbro a força armada e a policia, que ainda assim não pudéram evitar todos os conflitos, antes os agravaram em alguns pontos pela extraordinaria exaltação em que se encontravam os animos.

Para bréve diz-se que se prepara outra manifestação ao sr. Pimenta de Castro, dos sargentos, pelo que tudo leva a crêr que isto corre no melhor dos mundos possivel.

E afinal sucéde exatamente o contrario.

*O **Democrata** é o jornal de maior tiragem e circulação e **mais barato** que se publica na séde do distrito de Aveiro.*

UM DESMENTIDO

Pretende o *Progresso* no seu ultimo numero diminuir a intervenção do sr. administrador do concelho junto do chefe do districto para a distribuição dos 50$00 de cofre da beneficencia por alguns pescadores mais necessitados, caso a que nos referimos a semana passada, atribuindo o pedido a outrem, quando a verdade que reina no Céu, ilumina a Terra e rége as Nações é apenas uma e essa respeitada por nós na simples noticia que démos, sem intuitos reservados, porquanto pertencemos ao numero dos que entendem ser pouco digno explorar com a miseria de quem quer que seja.

Mas o *Progresso* não quer dar a honra ao sr. administrador de ter intervido a favor dos pobres? Causa-lhe engulhos á sua politica? Pois então saiba que quando nós tamos a certêsa duma coisa não ha desmentido que sobre ela prevaleça, nem habilidades que valham ante a rigorosa expressão da verdade, que, por um imperioso dever profissional, aqui nunca alterámos malevolamente para exalçar grupos ou apaniguados.

E ficâmos entendidos.

UM LIVRE PENSADOR

...*Sr. Redactor*

Apreciando no seu acreditado jornal a fórma correcta como defende o livre pensamento, sinto num grande impulso de satisfação o desejo de esse expandir porque sou um livre pensador cheio de fé pela liberdade do pensamento. Fui um martir da tal religião, esse peso brutal que me atrofiava dia a dia. Desde os 19 anos que deixei essa linda e encantadora terra, e já hoje conto 40 e tantos, onde a vida tem sido uma série de lutas através de este vale de lagrimas.

Só aos 20 anos é que me pude libertar das garras tenebrosas da religião, esse maldito travão ferrugento, essa inimiga do progresso e da civilisação, querendo coartar o livre pensamento ao homem e tolher-lhe os movimentos para melhor o dominar.

Quando pequeno, tive por educação o *Padre Nosso* e seus apendices; a religião para mim era tudo, mais que o pão nosso de cada dia; supremiam-me todas as necessidades da vida por causa da doutrina, e isso era tudo; o resto seria a fome, a miseria se um dia uma força mais que dinamica não me afastasse desse monstro que tantissimos espiritos domina — o padre.

Cheguei a odiar aqueles que não pensavam como eu, e na minha alma torturada existia um grande engenho do qual se valiam para vários fins, ameaçando-me com os castigos do céo, porque *Deus* mandava esses castigos para meu tormento.

Pois, sr. Redactor, era um verdadeiro martirio que eu sentia, e cheguei a odiar *Deus* sem nunca o vêr nem ouvir; era apenas pelo terror que me causava, e até hoje ninguem me soube dizer onde ele está ou se existe.

Falsarios! Que se serviam dum nome que eles proprios não sabem definir!

Um dia abalei a correr mundo, e ao fim dum ano pude libertar-me das garras desses apagadores do espirito humano. Então novos horisontes se abriram para mim, vindo em meu auxilio a verdade a purificar-me a alma e a fortalecer-me o espirito débil, fraco e embrutecido pelas torturas espirituaes empregnadas de virulencia que me haviam corrompido. A verdade abriu-me o caminho da razão, comecei a viver cheio de fé na liberdade, no progresso, afastando de mim para todo sempre a falsa religião do poder omnipotente que nada evita, servindo apenas de comercio aos *vendilhões* do templo. Nos mais pequenos detalhes da vida, os factos provavam-me sempre o contrario daquilo que falsamente me tinham ensinado.

Hoje vivo feliz, cheio de fé e de vida sem o rancor daquele que eu odiava; já não penso como outr'ora; trabalho á luz da verdade, sem enredos nem hipocrisias, por onde concluo que a religião é uma instituição de tortura espiritual.

E para que serve a religião? Para conforto da alma? O que será a alma no corpo dum sacripanta que só tem por missão na terra a crapula e a mentira?

Os padres são creaturas inuteis que nada produzem e que sem eles a pobre humanidade viveria mais feliz. O padre é uma triste *silhoueta* que nos embacia o ar e nos perturba o pensamento. Creia, sr. Redactor, que sinto mágua quando vejo creaturas estupidamente fanatisadas, tornando-se inuteis á sociedade, não amando ninguem, e algumas ha que a sua fé é tão arreigada que julgam que depois da morte a sua alma vai para um destino cérto e os pobres diabos vão para a caldeira de *Pedro Botelho*, demonstrando assim o quanto são hipocritas, como se o *omnipotente* fosse tão vil como eles. E assim a estupida humanidade se intruja a si propria.

Mas ha verdadeiros e falsos religiosos. Os falsos religiosos não querem vêr na sã doutrina a purêsa da alma, sem rodeios nem mentiras; esses querem-na deturpar para melhor conseguirem os seus fins. Não é preciso fazer bem, basta não praticar o mal ao nosso semilhante. Conheço creaturinhas que fazem bem hipocritamente para encobrir e atenuar o mal que teem feito aos outros; é já moeda tão falsa que se encontra aos pontapés. Ha creaturas que se sentem bem na sua fé religiosa, quando isso lhes serve de lenitivo ao conforto da alma, mas ha outras que aparentam a mesma fé e levam toda a sua vida em perseguição da humanidade, e fazem-no em nome de Deus. Ora no dizer dos seus *agentes* na terra, Deus é infinitamente Bom, Santo, Sábio, Poderoso e Omnipotente, portanto incapaz de na sua infida bondade castigar uns, para regosijar outros. Entre a grande engrenagem humana, ha muita fé sem escrupulos; são almas putridas que ameaçam com a infima ingenuidade dos vencidos absorvendo-lhes a luz pura que os alumia.

Foi assim, quando pequeno, que essa cáfila me perturbavam o ar que respirava, dizendo-me a cada instante que ninguem póde viver sem a religião que eles me ensinavam. Eu tenho a prova do contrário: a minha religião é não praticar o mal para ser retribuido de igual modo; mas heide combater a fé sem escrupulos desses tiranos da consciencia humana e provar que a sã religião não é essa manomania perigosa e perturbadora, porque aonde tocam sinos a rebate, lá se levanta o padre com a cruz alçada a instigar o povo á revolta. Não será isto verdade? Até nas lutas politicas lá aparece o padre, em nome de Deus, a prégar sandices e a levar o povo á desordem.

E' essa a religião de carinho e de bondade? Foi assim que Cristo prégou aos seus apostolos?

E' seiva que impesta e planta que não dá frutos.

Conte comigo, sr. Redactor, para a defêsa do livre pensamento.

Lisboa, 22 | 2 | 915.

Um assinante antigo e admirador

Academia de Coimbra

E' ámanhã esperada nesta cidade no comboio que chega depois das 18 horas, uma grande excursão de estudantes de Coimbra que a vem visitar, trazendo consigo a tuna e o orfeon, que tanto na noite desse dia como no seguinte se farão ouvir no Teatro Aveirense, decérto com o agrado e entusiasmo proprios do nome tradicional que acompanha os triunfos das duas organisações academico-musicaes.

E' esperado tambem com a excursão, o sr. dr. Alberto dos Reis, vice-reitor da Universidade, atualmente em exercicio, e que fará a apresentação da academia no teatro, seguindo-se a execução do programa onde se encontram numeros atraentes e variados, que hão-de fazer as delicias dos espectadores consoante se tem visto sempre que os simpaticos rapazes nos dão a honra da sua visita.

Na montra da ourivesaria Ratola, á Rua Coimbra, está exposta uma interessante alegoría alusiva á vinda dos academicos, obra prima do sr. José Cirne, que tem sido alvo de justas apreciações por parte das inumeras pessoas admirativas do engraçadissimo e espirituoso trabalho. Com efeito, ele é de molde a impressionar especialmente os que, como nós, conhecem a vida coimbrã, sem preocupações de maior, vida inteiramente livre e tantas vezes boémia, não sendo portanto de admirar o sucésso que entre nós produziu esta primeira surprêsa.

O *Democrata* antecipa os seus cumprimentos aos briosos frequentadores da antiga Universidade conimbricense, saudando-os com desvanecimento e efusão.

ULTIMA HORA

O general Castro impede o Congresso de se reunir em Lisboa pelo que a sessão se efectua em Loures

Uma moção do sr. Afonso Costa

Lisboa, 4

O assunto do dia foi a reunião do Congresso da Republica, que, como era de esperar, o govêrno não consentiu que se efectuasse no edificio de S. Bento.

Por isso logo de manhã, aí por volta das 9 horas, chegou ao largo das Côrtes uma grande força de infanteria e outra de cavalaria, que cercaram o palacio, proíbindo expressamente a entrada fosse a quem fosse, embora funcionarios das câmaras.

Todas as embocaduras das ruas foram policiadas o que não impediu que nas proximidades do parlamento se juntasse enorme multidão ávida de assistir ao desenrolar dos acontecimentos.

Por toda a cidade respirava-se uma atmosféra pesada, andando toda a gente com ares inquietadores, como que interrogando-se sobre a anormalidade da situação.

Muito perto das 13 horas chegaram ao largo das Côrtes um redactor do Senado e outro da Câmara dos Deputados que ao aproximarem-se do edificio do Congresso foram detidos pela policia que lhes disse não poderem entrar. Então esses dois funcionarios, acercando-se do comandante da força, pediram-lhe para testemunhar, sendo preciso, que não tinham faltado ao seu dever.

Um pouco mais tarde chegou o presidente da Câmara dos deputados, dr. Manuel Monteiro, acompanhado de vários membros daquela casa de parlamento a quem sucedeu o mesmo que tinha acontecido aos dois primeiros individuos. O sr. dr. Manuel Monteiro lavrou o seu protésto em nome do Poder Legislativo, retirando seguidamente no meio das aclamações populares.

Com o sr. dr. Bernardino Machado aconteceu identica cêna, exclamando ao ser-lhe embargado o passo:

—Mas eu sou deputado... Sou representante do povo de Lisboa...

As ordens, porém, não foram alteradas e o sr. Bernardino Machado conservou-se de pé, em frente dos soldados, durante uma hora e dez minutos até que por ultimo se dirigiu ao comandante da força, dizendo-lhe:

— São 15 horas e 5 minutos. No Senado costuma-se fazer segunda chamada, por conseguinte, como se não fez, está encerrada a sessão.

E retirou-se, coberto de palmas batidas com frenesi pela multidão.

No entretanto ia correndo, e o govêrno foi informado, que grande numero de automoveis tinham seguido para Loures, lugar situado numa aprazivel planicie que dista 16 quilometros de Lisboa, no caminho de Torres Vedras.

Efectivamente, em Santo Antão do Tojal e no palacio da Mitra, é efectuada a reunião dos deputados com a assistencia de 68, reunião a que preside o sr. dr. Manuel Monteiro, secretariado pelo sr. dr. Paes de Almeida e Joaquim Portilheiro.

O sr. dr. Afonso Costa, que é aclamadissimo ao entrar na sala, em negocio urgente, diz que o primeiro dever dos parlamentares ali reunidos é lançar na acta um voto de sentimento pela morte de Henrique Cardoso. Ele foi a primeira vitima da ditadura, que, atribiliariamente invadiu a esfera de acção do poder legislativo e teve a audacia de impedir que os deputados se reunissem na sua casa, onde se elaborou a Constituição e onde se estabeleceu o direito da Republica Portuguêsa. Propõe, pois, que se lance na acta um voto de pezar pela morte de Henrique Cardoso, que a Câmara aprova.

Proseguindo, o orador diz ainda que não póde haver um português digno desse nome que não se coloque ao lado da lei contra o arbitrio, contra essa ditadura sombria, hipocrita e réles, que está afrontando á nação portuguêsa, ditadura peor, mais indigna e mais infame, do que a ditadura de João Franco. Não sabe que horas sombrias se passarão, mas o que sabe é que a Republica vingará e que a Liberdade hade triunfar. Mesmo que ela, por momentos, se apagasse, não seria senão para resurgir mais brilhante e mais forte, aquecendo o sólo da Patria com as suas aspirações e as suas doutrinas.

O sr. dr. Afonso Costa termina por enviar para a mesa a seguinte moção:

A Camara dos deputados da Republica Portuguêsa: Considerando que o sr. presidente da Republica nomeou fóra de todas as indicações constitucionaes o actual ministerio, presidido pelo sr. Pimenta de Castro;

Considerando que este ministerio, desacatando todas as normas reguladoras da competencia e atribuições do poder executivo, fez publicar com a assinatura do presidente da Republica, como chefe deste poder, os decretos de 24 de fevereiro e 2 de março em que se contêm alterações ás leis vigentes e se regulam materias da competencia exclusiva e privativa do poder legislativo, como são as respeitantes á organisação dos colegios eleitoraes das duas camaras e ao processo de eleição, artigos 8.º e 26.º da Constituição;

Considerando que o mesmo governo com a solidariedade do presidente da Republica atentou contra o livre exercicio do poder legislativo, opondo-se ao regular funcionamento das camaras, mediante o encerramento violento do edificio do Congresso, o seu cêrco e guarda por forças militares, que nem aos proprios presidentes das mesmas camaras permitiram a aproximação daquele edificio;

Considerando que estes factos constituem crimes de responsabilidade previstos no artigo 55.º da Constituição e 3.º, 6.º, 9.º e 24.º da lei de 27 de julho de 1914 sobre a responsabilidade ministerial, resolve:

Declarar o ministerio e o chefe do poder executivo fóra da lei;

Dar por nulos e sem efeito algum os ditos decretos na parte em que alteram leis vigentes e regulam a materia legislativa;

Incitar todos os cidadãos portuguêses e especialmente os funcionarios publicos a não cumprirem taes decretos, nem lhes obedecerem respeitando e exercendo assim os direitos individuaes, consignados no artigo 3.º da Constituição;

Negar validade a quaesquer outros actos ditatoriaes do governo e a todos os que d'oravante pratique o poder executivo, ainda em materia da competencia deste poder quando funcione constitucionalmente;

Comunicar a todos os interessados estas resoluções para que de futuro não seja exigido á nação portuguêsa o cumprimento de quaesquer obrigações internas ou externas contratuaes, politicas, diplomaticas ou financeiras, que o atual ministerio por si só ou como poder executivo, emquanto subsistir o facto, porventura ouse contrair com terceiras pessoas ou governos estrangeiros.

Aprovada esta moção com algumas declarações de voto, o sr. Alexandre Braga, afirmando que a ocasião é para actos e não para palavras, propõe que se convoque imediatamente uma sessão do Congresso, trabalho que se inicia logo para esse fim visto que o Senado não funcionára por falta de numero.

São agora 16 horas e 10 minutos. Procede-se á chamada a que respondem 90 congressistas. E como o sr. Afonso Costa requeira que o Congresso aprecie a sua moção apresentada na Camara dos deputados, lê-se esse documento, que é posto em discussão.

Sobre ele pronunciam-se o sr. dr. Bernardino Machado e outros congressistas, acabando o velho democrata as suas considerações por fazer uma proposta para que se estabeleça o mais depressa possivel a normalidade constitucional.

— Só assim — são as ultimas palavras do sr. Bernardino Machado — é que a Republica será Republica, acabando a situação aviltante em que somos escarnecidos por sermos republicanos.

Falaram ainda outros congressistas, alguns deles com extraordinario calor, depois do que se deu por finda a reunião, proximamente ás 18 horas, sem que incidente algum tivésse ocorrido.

O regresso dos congressistas efectuou-se por entre vivas á Patria, á lei e á Republica. Estes andam, á hora a que envio estas notas ligeiras, espalhados pela cidade onde os acontecimentos estão sendo comentados por toda a parte e ao sabor dos comentadores.

Uma pergunta que anda na bôca de todos, principalmente dos que lamentam, por patriotismo, o que se está passando, é invariavelmente esta:

— Até quando durará isto, que o país tem aturado com a paciencia mais evangelica?

C.

Necrologia

D. Maria Vieira Gamelas

Agravados subitamente antigos padecimentos que ha muito a vinham torturando, sucumbiu na madrugada de ante-ontem a sr.ª D. Maria Vieira Gamelas, esposa do nosso bom amigo José Gonçalves Gamelas, acreditado negociante local e mãe do laureado estudante de medicina, sr. José Vieira Gamelas.

Regressando ainda ha pouco de Coimbra, onde, submetida a tratamento especial e ao cuidade de autenticas sumidades medicas, obteve incontestaveis melhoras, que fizéram justificadamente consolidar esperanças, a delicadeza extrema da sua saude, porém, agravou-se extraordinariamente e de tal fórma que foram baldados todos os esforços tendentes a prolongar a vida á desditoso senhora.

O seu funeral, muito concorrido, encorporando-se nele representantes de todas as classes sociaes, foi uma viva demonstração de estima e uma eloquente homenagem á memoria da finada, possuidora, na vida, das mais belas qualidades que pódem adornar uma mulher.

Mãe dedicada, esposa estremosa, ela de ha muito transformára o seu coração em intimo sacrario de elevados e santos sentimentos por todos os seus.

Ao nosso amigo José Gamelas e seus filhos, assim como a toda a familia dorida, a redacção do *Democrata* apresenta a sentida expressão do seu pezaroso sentimento.

Teatro Aveirense

Maximo Junior, o activo emprezario do nosso teatro, desejando fechar com chave de ouro a sua *época*, acaba de contratar para os proximos dias 25 e 26, a magnifica companhia do *Teatro Nacional de Lisboa*.

Vamos ter pois ocasião de admirar no nosso palco os grandes artistas, que são, Ignacio Peixoto, Joaquim Costa, Augusto de Mélo, Antonio Pinheiro, Luiz Pinto, Carlos Santos, Henrique de Albuquerque, Lucinda do Carmo, Palmira Torres, Augusta Cordeiro, Laura Cruz, Albertina de Oliveira, Maria Pia e muitos outros de reconhecido merito.

E quando isto não chegasse para garantir duas colossaes enchentes, bastaria então tornar publico, que as peças escolhidas são a **Virgem louca**, de Bataile, o mestre dos dramaturgos francêses, e o **Amor á antigos**, linda e fina comedia do dr. Augusto de Castro.

A assinatura será aberta por estes dias.

CARTA DE ANADIA

—(*)—

Não ha quem ame verdadeiramente a Republica que possa ocultar a profunda tristeza que invadiu a alma popular ao ter conhecimento do rasgão sofrido pela Constituição na ultima década do mez de janeiro. Um mal acarreta muitos males e o mal que para o país e especialmente para a Democracia hade vir do mau exemplo que os de cima déram aos debaixo, já produziu o principio dos seus tristes efeitos. Os responsaveis!? Mas como pódem eles esquivar-se ás logicas consequencias do seu mau precedente? Imaginam os comparsas da tragica aventura que produziu a intranquilidade e a situação dubia em que o país se encontra, que o povo, o eterno e incorrutivel juiz, os não conhece para os ir arrancar, mais tarde ou mais cêdo, ao esconderijo em que julgam encontrar-se, para os premiar?

Não ha ninguem que sendo amigo da paz, da ordem e da legalidade, mesmo os que não concordavam em absoluto com o govêrno Azevedo Coutinho, não ha ninguem, repetimos, que não se sinta maguado e mesmo ofendido com a anormalidade inconstitucional que gerou esse novo govêrno que para aí está a dar aos inimigos das instituições que agora mais do que nunca se julgam em país conquistado.

Este govêrno a quem o chefe do Estado recomendou uma politica de acalmação, parece estar apostado a fazer uma politica de perseguição republicana! Nem outra cousa se está verificando por esse país fóra, aonde, a grande maioria, quasi todas as autoridades administrativas, estão sendo escolhidas de entre a nata dos inimigos da Republica!

Ainda agora tivémos conhecimento que foi nomeado administrador do concelho de Oliveira do Bairro o cidadão Antonio Tavares, que, apesar de se dizer evolucionista é o maior amigo do ex-visconde de Bustos, que o ajudou a eleger presidente da câmara e cuja influencia naquele concelho é e tem sido motivo de intranquilidade e desacato ás instituições. No meio dos que apoiam a politica do novo administrador de Oliveira do Bairro estão conspiradores autenticos que já responderam ou estivéram presos por conspirar contra a Republica. Estão nomeados regedores pelo novo administrador, que se não cançam de desacreditar o regimen e as suas leis. Os inimigos das instituições, que pululam naquele concelho, não cabem em si de contentamento, com a escolha das novas autoridades. Aqui, em Anadia, parece que vai acontecer o mesmo se os republicanos não fôrem ouvidos, pois podemos afirmar, sem receio de sermos desmentidos, que se estão escolhendo autoridades administrativas de entre creaturas que, se ámanhã virem uma tentativa de restauração monarquica, o mais que são capazes de fazer é encobri-la e até auxlia-la! Esta é a trista verdade.

Nenhuma das novas autoridades merece confiança ao regimen. A'parte o partido democratico nenhum dos outros partidos republicanos tem por aí gente sua, de confiança. Ha aqui e ali um ou outro velho e denodado republicano que não seguindo o partido democratico, tambem não concorda e não coopera com os partidos que julgam encontrar a força e o prestigio que o povo lhes não reconhece, na difamação e na arruaça aos seus competidores de hoje e companheiros de ontem. Em vista destas e outras traições de que a Republica está sendo vitima, pódem os republicanos cruzar os braços?

Responda quem souber.

Gomes Junior

NOVO LIVRO

Acaba de ser posto á venda **O Municipio no Seculo XIX**, edição revista e anotada pelo erudito professor, dr. Agostinho Fortes.

Esta é uma obra de Felix Nogueira que tem, não duvidamos afirmá-lo, um altissimo valor na educação civica do povo e constitue um precioso e bem elaborado estudo sobre o principio do municipalismo.

Fazendo o esboço historico do municipio portuguâs, o autor reuniu no seu livro tudo quanto bom e pratico encontrou nos sistemas administrativos das nações mais avançadas e combinando a força, unidade e harmonia da centralisação dos poderes com a virtude, individualidade e indépendencia da descentralisação, conseguiu, por uma fórma clara, instrutiva e convincente ligar estes dois pontos antagonicos, descriminando proficientemente as tarefas dos serviços publicos que pertencem ao Estado dos que pertencem ao Municipio.

A instituição municipal bem organisada é a base sobre que assenta a autonomia dos povos. No seu livro, Felix Nogueira desenvolve este tema por uma fórma tão habil e evidente, que estamos certos, o seu livro encontrará no espirito dos que se interessam pelo progresso da civilisação, o acolhimento merecido e justo que lhe compete.

Mas ainda outra qualidade apreciavel tem esta obra e essa é a de elucidar o leitor em preceitos e costumes antigos da idade média o que constitue um curioso estudo de grande ensinamento, e bem assim a descrição das organisações municipais estrangeiras e suas utilidades e vantagens.

Possuir, portanto, esta obra, é possuir um trabalho util, consciencioso e de grande alcance instrutivo social e politico, até agora deficilimo, senão impossivel de encontrar no mercado, onde qualquer exemplar que, *por verdadeiro milagre, aparecesse*, atingia preço fabuloso.

Deve-se a edição da nova brochura á *Tipografia Gonçalves*, de Lisboa, a quem deve ser requesitada ou nas livrarias onde se encontra á venda, pelo preço medico de 20 centavos.

Comunicados

EM RESPOSTA

...Sr. Redactor:

Insere o seu jornal de 26 de fevereiro ultimo, uma carta assinada por Alberto Augusto Dias Milheiro, que pela altivez e nobreza de sentimentos que revela, condiz bem com a pessoa que a subscreve.

Que eloquente documento!

Parece que vomita odios e rancores causados pela inveja. Não dá a impressão de uma féra que vê fugir a presa, a rugir por lhe não poder lançar as garras para lhe chupar o sangue?

Este sr. Alberto Milheiro é um homem tão capaz, que até foi capaz de me levar ao banco dos réus, na Vila da Feira, por eu usar ilegalmente o nome de Milheiro (sendo eu filho legitimo de um irmão direito dêle!) querendo proíbir-me assim de uzar o apelido de meu pae! Custou-me isso uma policia correcional.

São realmente inconfundiveis as nossas pessoas, nomes e educação. Na minha carta não ha (salvo que eu fale inconscientemente) uma linguagem de jaez tão purulento, apezar de mais molestado. E' que ainda conheço o dever que me é imposto, de, embora contra vontade, me abster de dizer mal de quem, infelizmente, seu sobrinho.

Vivi, sr. Redactor, em companhia de meu pae, José Joaquim Dias *Milheiro*, irmão legitimo dêsse *ricaço*, eguista, até aos 20 anos, devendo eu, portanto, ser conhecido, evidentemente, por Candido Milheiro. Aos 21 anos entrava ao serviço do... sacrificado de bolsa e mesa, trabalhando de dia, estudando depois de jantar (6 da tarde) e tomando lições pela 1 e 2 da manhã: isto quando o serviço o permitia, do contrario era trabalhar dia e noite. Deveria merecer o que comia.

No fim de 15 mezes concluia eu o curso, e continuei a trabalhar em sua companhia mais um ano. Este serviço nunca valeu um ordenado, fôsse ele de seis vintens, para esse benemerito... da bolsa propria.

Enquanto eu lá estava era um belo rapaz, apresentado como seu sobrinho e coléga, etc., etc. Agora sou um malandrote! Mas conhecido como seu sobrinho tambem. E daí vem a pergunta que nésta cidade é vulgar:

—Foste ao dentista a Espinho?

—Fui.

—Foste ao tio ou ao sobrinho? Que tal te achas? etc.

Que descance, porém, sr. Redactor, que descance esse sr. que o que fôr dêle não lhe foge, pois que as nossas pessoas e nomes são devéras inconfundiveis.

Lembrou-se o sr. Alberto Milheiro de que por ser dentista e estar muito seguro do seu papel, me havia de arrancar os dentes!

Crédo, meu velho!... Conheço a arte. Só depois de muito anestesiado, deixarei o publico acreditar nas larachas que éssa carta contém para o dispor a seu modo. Esse senhor, sendo a honra personificada, esqueceu, decerto, que o bom senso proíbe que se diga mal daquêle a quem se passou um atestado que diz textualmente o seguinte:

Dispensei os serviços de meu sobrinho Candido Dias Soares, por incompatibilidade de genios.

Espinho, 14—9—1912.

(a) *Alberto Milheiro*

Isto basta para que se torne parte suspeita e portanto seja algo duvidosa qualquer coisa que se atreva a dizer em meu desabono.

Por ultimo, sr. Redactor, peço-lhe desculpa de o importunar e por tudo lhe fica imensamente grato o

De v. etc.

Candido Dias Soares

CORRESPONDENCIAS

Macieira de Cambra, 21 de Fevereiro

(Retardada)

Deu-se ontem nésta vila um caso, já repetido e que tem causado a indignação e repugnancia de toda a população.

Tendo falecido no logar de Salgueirô: proximo de Cambra, um individuo de nome Antonio Henriques de Almeida, seus filhos mandaram fazer-lhe as exequias como é de uso nos catolicos, com oficio de corpo presente, tendo o acompanhamento sido feito com musica, etc. Ao chegar á egreja o paroco e seu coadjutor (sobrinho) respectivamente de nomes Joaquim Tavares de Oliveira Coutinho e Adelino Augusto de Oliveira Coutinho, porque ali vissem o virtuoso sacerdote e nosso amigo sr. padre Manuel Tavares de Amorim, e sem que este lhes dirigisse qualquer palavra, retiraram-se e não se poude fazer o oficio por falta de numero de padres. Os restantes clerigos indignaram-se, protestaram, o povo por sua vez tambem protestou, mas nada demoveu o faccioso reverendo Adelino, porque o genro do falecido, sr. Domingos de Albergaria, aspirante de finanças dêste concelho, não convidou para o acto, o bacharel em teologia, Domingos Braddão!

Como paga do seu trabalho, este nosso amigo disse alto e bom som o que tinha a dizer em face deste caso, com enorme regosijo dos presentes, e ao mesmo tempo, protestando contra a fórma como o referido ministro da religião de Cristo procedeu, resolveu não mais querer funerais com aquêle.

Achamos digna a atitude deste nosso amigo. Alguns ha que comungam nas mesmas ideias, porque já estão escaldados.

A continuar assim, é conveniente que o sr. D. Antonio Barroso, bispo désta diocese, dê as necessarias providencias, pois do contrario a crença que até agora existia, desaparecerá por completo, sendo disso responsaveis os proprios padres com as suas birras e exquisitices absurdas.

C.

Povoa do Valado, 23 de Fevereiro

(Retardada)

A sentença que absolveu o sr. Manuel Francisco Braz e seus companheiros não podia ser mais bem recebida nésta freguezia e nas de Nariz e Palhaça onde Manuel dos Santos Coutinho é bem conhecido e considerado conforme os seus predicados o permitem, porque tal sentença representa um acto de inteira justiça em que o digno magistrado que a proferiu mais uma vez provou a sua integridade de caracter e rectidão.

—O Carnaval, que acaba de passar, deixou neste logar triste reeordação: uma cêna de vandalismo e sangue praticada por um grupo de almas vis e danadas que na sua terra natal semeiam o receio e o terror no espirito publico para deste modo amedrontar todos e fazer deles o mesmo ou peor que o regulo mais despotico faria dos seus governados.

Parece incrivel que gente com a edade precisa para se conduzir na estrada da vida e, portanto, na pratica dos seus actos, proceda tão cobardemente para com pessoas reconhecidamente inofensivas, como essa horda de salvagens procedeu no dia 16 do corrente.

Vamos fazer uma breve narrativa da selvageria que assinala os seus autores como pessoas perigosas que inculcam ser e a pratica o atesta.

Por volta das 23 horas do indicado dia 16, um grupo de 14 individuos, com archotes acesos, dirigiu-se á morada de Bernardino Martins dos Santos, que a essa hora se achava deitado com sua familia, e principiaram a quebrar-lhe os vidros e a arrombar as janelas.

Bernardino Martins, tomado de espanto e medo, conservou-se deitado, o que mais uma vez nos indica a sua pacatez.

Outro tanto, porém, não sucedeu com sua mulher que, mais coraj osa e resoluta, se ergueu da cama correndo á porta, mêsmo em trajos menores, para vêr quem eram os tratantes que assim provocavam quem não é capaz de fazer mal a quem quer que seja.

Mal se abre a porta uma valente cacetada cae na cabeça da pobre mulher, produzindo-lhe um ferimento grave.

Os 14 homens que constituiam o grupo destruidor e caceteiro, ao que se crê, era capitaneado por João dos Santos Coutinho, filho de Manuel dos Santos Coutinho, o famoso inimiga das arvores e pretendente a destruidor de tanques e fontes, inimigo figadal, como seu filho, do sr Manuel Francisco Braz, irmão e cunhado dos agredidos, e por conseguinte—continua a opinião geral—*pelos domingos se tiram os dias santos.*

Outra versão corre tambem sobre o mobil do crime: no Natal anterior tivéram aqui logar duas festas, uma promovida pela gente do Coutinho, e a segunda pela gente oposta, revestindo esta mais brilho que a primeira, e na qual a mulher de Bernardino Martins tomou parte activa.

Será a primeira hipotese o mobil do crime? Serão ambas ao mesmo tempo? Não sabemos.

Sabemos apenas que nem Bernardino Martins dos Santos nem sua mulher eram merecedores do repugnante atentado de que foram victimas.

Contra esse crime nefando consta que já fôra dada participação para juizo, sem, contudo, até á data presente, se ter procedido ao levantamento do auto.

Terminando diremos: Se o crime em questão ficar impune terá cada um de se armar até aos dentes ou abandonar o logar da Povoa do Valado, deixando-o á inteira posse e dominio do Coutinho & C.ª

C.

Anuncios

Editos de 30 dias

(2.ª publicação)

Por o Juizo de Direito desta comarca e cartorio do escrivão do 4.º oficio—Flamengo—nos autos de inventario orfanologico a que se procede por falecimento de José Simões Fragoso, casado, que foi morador no logar da Coutada, freguezia de Ilhavo, desta comarca, e em que é inventariante e cabeça de casal Maria Joaquina, viuva do falecido, do mesmo logar, correm editos de trinta dias a contar da 2.ª e ultima publicação deste no *Diario do Governo*, chamando e citando os interessados Manuel Simões Fragoso, filho do inventariado, ausente em parte incerta da California, casado com Maria Antoninha, e Manuel Ferreira da Cruz, ausente em parte incerta do Brazil, genro do inventariado, casado com a filha Maria Joaquina, ambos para assistirem a todos os termos até final do mencionado inventario, deduzindo nele a oposição ou impugnação que tiverem, nos termos dos artigos 697, 698 e 699 do Codigo do Processo Civil e constituindo procurador ou escolhendo domicilio na séde da comarca, sob pena de revelia.

As audiencias neste Juizo fazem-se todas as segundas e quintas feiras de cada semana, não sendo taes dias feriados, porque, sendo-o, se fazem nos imediatos, quando desimpedidos, sempre por dez horas, no Tribunal Judicial desta comarca, sito na Praça da Republica, desta cidade.

Pelo presente são tambem citadas todas e quaesquer pessoas incertas que se julguem interessadas no mencionado inventario, para deduzirem nele os seus direitos, nos termos da lei, sob pena de revelia.

Aveiro, 22 de Janeiro de 1915.

Verifiquei

O Juiz de Direito

Regalão

O escrivão do 4.º oficio

João Luiz Flamengo.

Capitania do porto de Aveiro

Anuncio

O Conselho Administrativo da Capitania do porto de Aveiro faz saber que no dia 16 de Março proximo, pelas 13 horas, no edificio da Capitania do porto, se procederá á arrematação em hasta publica, do moliço arrolado á borda da Mata de S. Jacinto e do produzido na praia anexa, vigorando o respectivo contrato de 31 de Março de 1915 a 31 de Março de 1916.

As condições do contrato estão patentes no edificio da Capitania do porto, em todos os dias uteis, das 10 ás 16 horas.

Capitania do porto de Aveiro, 24 de Fevereiro de 1915.

O Presidente do Conselho Administrativo

(a) *Jaime Afreixo*

Editos de 30 dias

(2.ª PUBLICAÇÃO)

Por este Juizo e cartorio do 4.º oficio, no inventario orfanologico por obito de Antonio Euzebio Pereira, que foi de Cacia, e em que é inventariante a sua viuva Luiza Duarte Pereira, do mesmo logar, correm editos de trinta (30) dias a contar da 2.ª publicação dêste no respectivo jornal, chamando e citando os interessados Manuel Maria Euzebio Pereira e seus filhos menores puberes Cipriano, Antonio e Joaquim, todos ausentes em parte incerta do Pará (Brazil) para assistirem a todos os termos até final do mencionado inventario e nêle deduzirem os seus direitos nos termos da lei, sob pena de revelia.

Pelo presente são tambem citadas todas e quaisquer pessoas incertas que se julguem interessadas no mesmo inventario, para nêle deduzirem os seus direitos, nos termos da lei.

Aveiro, 25 de Janeiro de 1915.

Verifiquei

O Juiz de Direito

Regalão

O escrivão do 4.º oficio,

João Luiz Flamengo